

Congresso avalia impactos da crise sobre o Orçamento

Enquanto os parlamentares nos Estados Unidos aprovam pacote de US\$ 850 bilhões para aplacar a crise financeira que ameaça se alastrar pelo planeta, o Congresso brasileiro já discute os possíveis impactos sobre o Orçamento da União para 2009. Nesta terça-feira, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, discutirá o assunto com senadores e deputados.

páginas 2 a 5



ALBARI ROSA/GAZETA DO POVO/FOLHA IMAGEM

Bolsa de Chicago: especialistas norte-americanos acreditam que lições de 1929 podem ajudar na crise atual, enquanto senadores brasileiros lembram efeitos positivos do Proer

estágios

Novas regras aproximam jovem do mercado

Em vigor desde o final do mês passado, a nova Lei do Estágio deve ser, na avaliação quase unânime dos especialistas, muito útil para tornar mais eficiente esse importante instrumento de acesso dos estudantes ao mercado de trabalho.

páginas 6 e 7

Chamada de Constituição Cidadã pelo deputado Ulysses Guimarães, a Carta Magna completa 20 anos e recebe encarte especial que relembra os principais momentos da Constituinte e avalia seus impactos.



cidadania

Instrumentos da soberania popular

Segundo a Constituição, a soberania popular é exercida, além do voto na escolha de seus representantes, por decisões diretas sobre temas controversos. Conheça melhor como funcionam esses instrumentos.

página 12

e mais...

AGENDA

página 2

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR

página 11



crise mundial

Brasil já sente efeitos do caos financeiro, dizem senadores

Redução de investimentos, desaceleração do crescimento econômico e pressões inflacionárias ameaçam economia. Reação do governo é criticada

Ao comentar o atual cenário financeiro, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) disse que os impactos negativos da crise norte-americana já se espalharam pelo mercado mundial, incluindo o Brasil. Segundo ele, os reflexos dessa crise para o país em 2009 poderão ser a redução de investimentos e a desaceleração do crescimento econômico e da geração de emprego e renda.

Para Adelmir, o Brasil vem se beneficiando desde 2002 da “bonança na economia mundial”, aumentando as exportações e atraindo investimentos externos, por exemplo. O governo federal também foi favorecido pelo crescimento na arrecadação de impostos e tributos, disse o senador, mas a falta de controle dos gastos públicos ainda preocupa.

Na avaliação do parlamentar, “difícilmente a taxa de câmbio deixará de subir”, o que pode significar novas pressões inflacionárias para o Brasil. “O comércio varejista cresce, no Brasil, há 52 trimestres sucessivos, mas, nos últimos dois meses, já dá sinais de decréscimo. Vamos torcer para que não tenhamos um fim de ano calamitoso e com muitas dificuldades para os nossos consumidores”, afirmou.

Heráclito Fortes (DEM-PI)

elogiou o pronunciamento do colega e observou que os bons resultados da economia brasileira se devem, em parte, ao governo Fernando Henrique Cardoso.

Já o senador José Agripino (DEM-RN) criticou, em entrevista à Agência Senado, as declarações de autoridades do governo federal que procuram amenizar a gravidade da crise financeira que atinge os mercados mundiais. Segundo o líder da oposição, “país nenhum está imune à crise” e insinuar o contrário “é uma falta de responsabilidade”.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) declarou à Agência Senado que as autoridades econômicas do governo têm adotado o “papel de avestruz” nas últimas semanas ao insistirem em acalmar os investidores nacionais. Para ele, a atual administração se mostra “despreparada para o pior”.

Cristovam Buarque (PDT-DF) considera que o Brasil já vem sendo atingido pela instabilidade nos mercados de capitais. O crescimento do endividamento do cidadão brasileiro e a consequente inadimplência também devem ser motivos de preocupação. De acordo com o senador, o país precisa se proteger, adotando, entre outras medidas, o controle dos gastos públicos, que vêm crescendo acima do PIB.



Autoridades econômicas do governo têm adotado “papel de avestruz”, diz Arthur Virgílio



Suplicy mostra otimismo e afirma que Brasil não sofrerá gravemente as consequências da crise

Especulação deve dar espaço a capitalismo ético, afirma Renan

Na avaliação do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o sistema puramente liberal entrou em ruptura. Ele disse considerar necessário “repensar o capitalismo, passando da fase especulativo-financeira dos paraísos fiscais, de uma economia de cassino, para um capitalismo ético, primordialmente social e respeitador do ambiente”. “Esta é uma mudança não só possível quanto inevitável”, acrescentou ele, apoiando-se na opinião do economista Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de 2001 e dirigente do Banco Mundial,

repara quem é preciso que os dirigentes políticos do Ocidente tenham a coragem de revisar seus dogmas ideológicos.

Do ex-presidente da República e senador José Sarney (PMDB-AP), Renan lembrou a interrogação, lançada durante discurso na Casa: “Como é que um país, que é líder no mundo inteiro, comete a imprudência de não fiscalizar, não regular as entidades finan-

ceiras, de tal maneira que o sistema bancário norte-americano traz grandes apreensões para a economia daquele país?”.

Segundo Renan Calheiros, o presidente Lula tem emitido opiniões sensatas sobre a crise dos mercados globais. Uma delas é a advertência de que a ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores. “Agora, perante a catástrofe iminente, aqueles mesmos que reclamavam, há poucos meses, menos Estado, recorre aos governos, com total desfaçatez”, criticou o senador alagoano.

José Nery (PSOL-PA) declarou à Agência Senado que o momento é de reflexão e de busca de alternativas que valorizem a produção, o trabalho, a renda e o emprego. “O sistema financeiro nada produz. Só serve à acumulação de uns poucos”, apontou o parlamentar.

Sistema puramente liberal entrou em ruptura, avalia senador

Suplicy: país terá oportunidade positiva de crescimento

Na avaliação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o Brasil não sofrerá gravemente as consequências da crise financeira. “Sou otimista: o país vai aproveitar a crise para ter oportunidade positiva de crescimento”, afirmou ele à Agência Senado. O discurso de Suplicy reforçou avaliação do presidente Lula de que, “se o Brasil passar por algum aperto, será pequeno”.

No que diz respeito à chamada economia real (fora do mercado financeiro), apontou

o senador, o país está bem: a taxa de crescimento do produto interno bruto chegará a 6% ao ano; o número de empregos formais vem aumentando; o volume de reservas em dólar é recorde, superior à dívida externa, o que significa um “colchão tranquilizador”; e a inflação também está baixa e sob controle.

O parlamentar ressaltou ainda as perspectivas positivas de crescimento do número de empregos e da realização de investimentos no país, especial-

mente com as novas reservas de petróleo encontradas pela Petrobras.

O líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), observou que, apesar do “estrage” já provocado no mercado financeiro mundial, é difícil fazer previsões para o curto prazo das consequências da crise econômica americana. “Mas acho que até o fim do ano as coisas voltarão à normalidade e os investimentos continuarão fluindo”, afirmou ele à Rádio Senado na última quarta-feira.

comissões

Terça-Feira

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

IPI – A comissão se reúne em duas partes. Na primeira, analisa as indicações de César Costa Alves de Mattos para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça; e de Eliseu Martins para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na segunda, pode votar 15 itens, entre eles o projeto que trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Indicações – A comissão analisa as indicações dos nomes de Ana Cândida

Perez para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Nigéria e de Luiz Felipe de Seixas Corrêa para o cargo de embaixador do Brasil no Vaticano.

11h – EDUCAÇÃO

Libras – O primeiro dos 19 itens em pauta é o projeto de lei que institui o Estatuto dos Museus. A comissão vota ainda, em turno suplementar, o projeto que torna obrigatório o ensino da Libras (Língua Brasileira de Sinais) na educação infantil e no ensino fundamental. Ainda na pauta, o projeto que exige uma frequência mínima, para aprovação, na educação superior.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Preço diferenciado – A comissão vai discutir e votar o projeto que permite o preço diferenciado para pagamentos à vista e a prazo. Ainda na pauta, o projeto que obriga constar no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável informações educativas sobre como deve ser a

forma de descarte.

Quarta-Feira

9h – CIÊNCIA, TECNOLOGIA

Pré-sal – Primeira audiência pública para discutir as novas tecnologias de prospecção de petróleo nas camadas de pré-sal. Foram convidados representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Petrobras, do governo do Rio Grande do Norte, da Marítima Petróleo e Engenharia, da OGX Petróleo e Gás; da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip) e da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet).

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Cadastro – Na pauta, o projeto que institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Outro projeto que a comissão

discute é o que acaba com o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Pensionistas – A comissão analisa o projeto que assegura ao empregado

o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração. Aprecia ainda o projeto que prevê atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas.

plenário

Segunda-feira

trimestres de 2008.

14h – Sessão não-deliberativa

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Terça-feira

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa
Programação Monetária – Votação de três projetos de decreto legislativo que aprovam a programação monetária para o quarto trimestre de 2007 e para o primeiro e segundo

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

crise mundial

Congresso avalia impacto no Orçamento

Ministro do Planejamento vai debater com parlamentares nesta terça-feira. Relator Delcídio Amaral acha que é preciso reavaliar parâmetros econômicos

Passado o primeiro turno das eleições municipais, o Congresso deve mergulhar esta semana na avaliação dos reflexos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira e as perspectivas de retração no seu crescimento. O primeiro debate será com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que deve comparecer à Comissão Mista de Orçamento nesta terça-feira, às 15h.

Uma das principais questões, segundo o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator do Orçamento, é discutir o ajuste na proposta orçamentária de 2009 que terá de ser feito pelo Congresso. Delcídio não trabalha com a hipótese de o governo refazer o projeto de lei, como chegou a ser aventado pela imprensa. "Isso atrasaria demais o processo orçamentário", afirmou o relator.

Mas os parlamentares da comissão querem saber se já começam a providenciar as mudanças ou se o melhor é aguardar os desdobramentos do plano de socorro que está sendo votado pelos congressistas norte-americanos. O relatório com a nova estimativa da

Receita, por exemplo, está pronto e deveria ser entregue na terça-feira. Relator da Receita, o deputado Jorge Khoury (DEM-BA), porém, preferiu condicionar a apresentação do seu relatório ao que for discutido com o ministro.

A dúvida é se ele apresenta o relatório sem qualquer alteração nos parâmetros macroeconômicos, definidos antes da crise desencadeada nos Estados Unidos, ou se refaz as projeções já com base em um novo cenário. Segundo Khoury, se a decisão for aguardar os novos parâmetros que o governo deve enviar ao Congresso em novembro, ele entrega o trabalho nesta quarta-feira. Caso precise adequar o relatório ao novo cenário, haverá atraso na tramitação do projeto de lei.

Embora não haja um posicionamento oficial do governo, os dados colhidos pelo relatório Focus do Banco Central, no final de setembro, mostram que as expectativas do mercado financeiro apontam uma retração do crescimento econômico no próximo ano para 3,6%, com queda significativa em relação ao aumento de 4,5% do produto

interno bruto (PIB) previsto na proposta orçamentária.

O câmbio médio subiria para R\$ 1,74, ante R\$ 1,66 projetado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O mercado trabalha ainda com aumento da inflação (4,9%) e dos juros básicos da economia para 14,21% na média anual (*veja quadro*). Essas expectativas das instituições financeiras já sinalizariam a necessidade de revisão dos parâmetros macroeconômicos.

No entanto, a avaliação de alguns consultores da área orçamentária é de que os reflexos da crise internacional devem ser sentidos principalmente em 2010. Isso, porém, não significa que não haja a necessidade de apertar o cinto em 2009. Tanto Khoury quanto Delcídio acham que a crise deve ajudar a arrefecer as pressões por aumentos de gastos no Congresso, especialmente do valor global das emendas individuais.

A meta dos relatores é conseguir manter o montante de R\$ 8 milhões por parlamentar, estabelecido no Orçamento de 2008. Mas esse comportamento de "austeridade" não deve ser só do Congresso.

- Vamos contribuir. Mas o Parlamento não quer pagar a conta sozinho. O governo tem que cortar seus gastos - disse Khoury.

Mercado já trabalha com queda no crescimento do PIB 2009



Delcídio (foto) considera improvável que governo envie novo projeto de Orçamento, mas Jorge Khoury quer ouvir ministro antes de tomar decisão



Paulo Bernardo discutirá impactos da crise mundial sobre lei orçamentária de 2009: governo estuda reavaliar estimativas de PIB, inflação e juros

Parâmetros do Orçamento e projeções do mercado

Descrição	2007-2009						
	2007	2008			2009		
	Realiz.	LOA	Prev. ¹	Merc. ²	LDO	PLOA	Merc. ²
PIB - % de crescimento real (a.a)	5,4	5,0	5,0	5,2	5,0	4,5	3,6
Inflação IPCA - acumulado 12 meses (%)	4,46	4,20	5,79	6,14	4,50	4,50	4,90
Taxa Selic - média no ano (%)	11,88	11,00	12,45	12,78	nd	13,99	14,21
Taxa de Câmbio - média no ano (R\$/US\$)	1,95	1,78	1,66	1,69	1,66	1,71	1,74

Fonte: PLOA 2009, LDO 2009, LOA 2008, IBGE, Banco Central do Brasil, Informações Complementares PLOA 2009.

1 - Previsão para o exercício de 2008 atualizada até agosto de 2008. Fontes indicadas na tabela.

2 - Relatório de Mercado Focus - Banco Central - 26/09/2008.

Relatório aumenta estimativa de arrecadação em 2009

Apesar da acusação do Executivo de turbinar a receita para acomodar, principalmente, os pleitos dos parlamentares, o Congresso continua elaborando estimativas da arrecadação federal muito mais próximas da realidade do que o próprio governo. Conforme dados comparados pela Consultoria de Orçamento das duas Casas, de 2000 até 2008 pode se verificar que geralmente o que entra para os cofres federais chega a superar os valores reestimados pelo Congresso. Somente em três desses nove anos a arrecadação efetiva foi inferior ao projetado pelos consultores do Legislativo.

Com base nessa margem de acerto, o relator da Receita, depu-

tado Jorge Khoury, pretende conseguir - "na pior das hipóteses", como ele diz - um acréscimo líquido de cerca de R\$ 8 bilhões sobre a arrecadação federal prevista na proposta orçamentária do Executivo, de R\$ 662,34 bilhões após a dedução das transferências aos estados e municípios.

- Nos últimos anos, essa reestimativa tem variado entre R\$ 8 bilhões e R\$ 12 bilhões líquidos - lembra o deputado, sem querer bater o martelo no número que está em seu relatório.

Mesmo com o fato de o governo ter incorporado algumas receitas atípicas, estreitando a margem de manobra do Congresso, o relator conseguiu localizar itens que estavam subestimados.

Além disso, existe recomendação técnica para que os cortes no item Despesas que deverão ser feitos na proposta do Executivo recaiam sobre os gastos de custeio. A meta, segundo consultores da área orçamentária, é preservar ao máximo os investimentos de R\$ 37,99 bilhões do orçamento fiscal e da Seguridade Social.

A Comissão Mista de Orçamento deve analisar nesta terça-feira relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que identificou irregularidades graves em 48 das 153 obras analisadas. Elas envolvem R\$ 3 bilhões em repasses federais e poderão ter verbas bloqueadas no Orçamento de 2009.

Fundo Soberano poderia ser usado como orçamento paralelo

Em meio à discussão sobre se a crise mundial adiará ou não a votação da proposta (PL 3.674/08) que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB), que tramita na Câmara, mais uma crítica de ordem técnica deverá ser levada em consideração.

O uso de recursos fiscais, na proporção de 0,5% do produto interno bruto, para alimentar o fundo poderá, na prática, funcionar como mecanismo para ampliar o poder de decisão do Executivo sobre o Orçamento. Isso porque a aplicação dos recursos será decidida por decreto.

Essa é uma das avaliações lançadas para debate em nota técnica conjunta dos consultores de orçamento das duas Casas sobre o projeto da lei orçamentária de 2009. A premissa é de que, como há déficit nominal nas contas públicas de R\$ 40,6 bilhões na previsão para 2008 e de R\$ 64,2 bilhões estimados para 2009, o governo irá construir esse "excedente fiscal" para alimentar o Fundo Soberano.

A nota explica que o déficit nominal corresponde a parte dos juros que o governo não

consegue pagar com suas receitas primárias, ou seja, com a arrecadação previdenciária, mais impostos e contribuições, *royalties*, dividendos e concessões. Esse valor é incorporado ao principal da dívida pública e refinanciado no mercado por meio da colocação de títulos do Tesouro Nacional. A rolagem, lembra a nota, gera novas despesas com juros. Como o déficit nominal projetado para o final de 2009 supera o de 2008, essa tendência de aumento pode ser agravada com o uso de receitas primárias para compor o fundo.

Os consultores lembram que os recursos desse "excedente fiscal" poderiam ter melhor proveito se fossem usados para reduzir a carga tributária, ajudar a transformar o déficit em superávit nominal, ampliar investimentos em infra-estrutura e melhorar os serviços públicos.

Eles advertem que a decisão sobre onde aplicar esses recursos do fundo será do Executivo, sem qualquer participação do Congresso. Em outras palavras, o FSB poderia funcionar como um "orçamento paralelo".

crise mundial

Lições de 1929 podem tirar EUA do abismo

Presidente do Banco Central americano, especialista na última grande crise mundial, sabe que governo poderia ter evitado o pior

Ben Bernanke, presidente do Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos, é um especialista reconhecido quando o tema é a Grande Depressão norte-americana. Anos atrás, quando ainda era apenas um diretor no Fed, ele usou a grave crise da década de 1930 como inspiração para um discurso no aniversário de 90 anos do economista Milton Friedman. Bernanke lembrou que, para Friedman, aquela não foi uma catástrofe inevitável, a punição pelos excessos do mercado financeiro, mas o resultado de medidas desastrosas do banco central do país. Encerrou o discurso com uma espécie de *mea culpa* e uma promessa: "Você estava certo. Nós fomos os responsáveis e pedimos desculpas. Mas, graças a você, não deixaremos acontecer de novo".

milhares, a produção caiu 25% e um em cada quatro americanos ficou sem emprego.

Especialistas da escola de Friedman, no entanto, dizem que, enquanto uma recessão (período de contração aguda que faz parte do ciclo econômico) parece inevitável nos EUA, uma depressão (período prolongado de queda na produção e desemprego) ainda pode ser evitada.

Por muito tempo se acreditou que a quebra da bolsa em 1929 foi uma das causas principais da depressão, uma vez que a queda na renda gerada pelas ações em baixa levou a um colapso do restante da economia. Mas estudos mais recentes indicaram que a crise começou em agosto daquele ano. A quebra da bolsa seria, portanto, consequência, e não causa, da depressão.

Naquela crise, os erros das autoridades se sucederam. Um deles foi uma política monetária austera. Na fase inicial da crise, o Fed aumentou os juros para proteger o sistema. A maioria dos países atrelava o valor da moeda local ao preço do ouro. Assim, quando os investidores temerosos começaram a tirar dinheiro dos EUA e investir em ouro, o Fed foi obrigado a subir os juros. Hoje, para não cometer o mesmo erro, o banco vem cortando os juros ao longo dos últimos meses.

Mas, antes de a Câmara dos EUA aprovar na sexta-feira o pacote de US\$ 850 bilhões para aliviar os bancos, temia-se a repetição de um erro fatal cometido após 1929. Na época, o governo não se mexeu para salvar o sistema financeiro. Resultado: entre 1930 e 1933, banco atrás de banco foi à bancarrota nos EUA depois que os correntistas, desconfiados, começaram a sacar suas economias para guardar embaixo do colchão. Em março de 1933, a situação era tão grave que o presidente Franklin Roosevelt decretou um feriado bancário. Todos os bancos fecharam. Metade deles nunca mais abriu.

Sem dinheiro, os bancos sobreviventes passaram a não poder emprestar. A dramática retração no crédito transformou a recessão em depressão. E a crise atual é muito parecida com a dos anos de 1930 no que diz respeito à escassez de dinheiro. A diferença é que naquela época a drenagem de dinheiro foi operada por correntistas ressabiados e, desta vez, é obra dos próprios bancos, que deixam de emprestar uns aos outros.

Antes da decisão da Câmara, temia-se repetição de erro fatal



Em Wall Street, a riqueza que antecedeu a tragédia: quebra da bolsa em 1929 foi consequência, e não causa, da depressão

Plano de resgate

O pacote para combater a crise financeira foi aprovado pela Câmara dos Estados Unidos na sexta-feira, depois de passar pelo crivo do Senado dois dias antes. Na segunda-feira, a Câmara já havia rejeitado a primeira versão do pacote. O novo texto incluiu US\$ 150 bilhões em cortes de impostos – num total de US\$ 850 bilhões. Veja os principais pontos:

1. O Departamento do Tesouro dos EUA terá a sua disposição os US\$ 700 bilhões requisitados pelo secretário Henry Paulson, mas o montante não ficará disponível de uma só vez. Uma parcela de US\$ 250 bilhões será liberada imediatamente e outros US\$ 450 bilhões somente se o presidente George W. Bush julgar necessário. O Congresso pode reter os US\$ 350 bilhões restantes se não estiver satisfeito com o desempenho do programa.
2. Os contribuintes vão receber direitos de compra de ações (warrants), das quais podem se beneficiar assim que as empresas atingidas pelo programa se recuperarem.
3. O governo limitará os ganhos dos principais executivos das companhias participantes do programa. Os chefes de empresas quebradas não poderão receber os benefícios multimilionários – os famosos bônus – quando forem despedidos.
4. O governo também vai elevar os impostos para empresas que paguem a seus executivos salários acima de US\$ 500 mil por ano.
5. O governo terá participação em empresas que forem ajudadas.
6. O programa será supervisionado por um conselho, que deve incluir o presidente do Federal Reserve (banco central americano), Ben Bernanke.
7. O governo poderá renegociar os prazos das hipotecas que vier a adquirir para ajudar os moradores com problemas em saldar suas dívidas, a fim de evitar despejos.
8. O secretário do Tesouro poderá exigir dos bancos que comprem seguros, de modo a ter alguma cobertura para suas carteiras de investimento que incluam títulos de alguma forma vinculados a hipotecas.
9. Eleva-se de US\$ 100 mil para US\$ 250 mil a garantia aplicada aos depósitos dos clientes bancários quando uma entidade se vê com problemas no fechamento ou perto de quebrar. A medida tem como objetivo manter a confiança no sistema bancário e evitar a fuga de dinheiro de uma entidade para outra.
10. Além dos US\$ 700 bilhões, foram incluídos mais US\$ 150 bilhões em corte nos impostos da classe média, de pequenos empresários e de famílias vítimas de acidentes naturais.



Fonte: Folha Online, Efe, Associated Press, Reuters e France Presse



Cena clássica da Depressão Americana: família nas ruas, sem emprego e sem perspectivas

crise mundial

Maciel diz que Proer custou pouco e acertou nos resultados

Senador vê muitas diferenças entre medidas tomadas há 13 anos e as que os EUA discutem adotar agora. Proer custou 2,7% do PIB nacional

A atual crise financeira confirma, segundo Marco Maciel (DEM-PE), que o então presidente Fernando Henrique Cardoso estava certo ao criar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), que ajudou a reerguer bancos brasileiros em dificuldades entre 1995 e 2000.

O programa, conforme lembrou o senador em nota divulgada na terça-feira, custou R\$ 20,4 bilhões, ou 2,7% do produto interno bruto (PIB) médio do triênio 1995/1997. "Os valores

os bens dos depositantes foram preservados em sua integridade", argumentou.

O fato de não ter sido usado no Proer dinheiro do Orçamento federal é, para o senador, outra prova da seriedade com que se administrou a crise. "Os recursos vieram da reserva bancária, formada pelos depósitos compulsórios que os próprios bancos são obrigados a retirar de todos os depósitos efetuados à vista e entregues, como garantia, ao Banco Central. Isso fez parte do amplo programa, incluindo a federalização para posterior privatização de

banco estadual. Tivemos, portanto, um período que ensejou a venda de bancos estaduais, muitos dos quais debilitados e enfraquecidos por políticas equivocadas. Devo salientar

que se fez o refinanciamento das dívidas dos estados e a emissão de títulos da dívida pública com cláusula de reajuste cambial", acrescenta Marco Maciel.

O senador pernambucano manifestou ainda expectativa de que, diante da atual crise, não ocorram maiores impactos que contribuam para reduzir acentuadamente a continuidade do desenvolvimento do país. Segundo ele, isso dependerá da capacidade de reação adequada a desdobramentos indesejáveis que venham a ocorrer nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e no Brasil.

"Proer não significou doação a instituições quebradas"

Marco Maciel, que foi vice-presidente de FHC por oito anos, lembrou ainda que o Banco Central vem resgatando parte do dinheiro que investiu no Proer. "Vários dos chamados títulos podres (com alto risco de calote e prejuízo para quem os detêm), em poder dos bancos adquirentes, que foram desviados ao Proer, revelaram-se, com o passar do tempo, ativos de qualidade. Não se tratou, portanto, de doação para instituições quebradas. Foi, antes, um empréstimo que vem sendo resgatado com regularidade, conforme demonstram os balanços patrimoniais do Banco Central", atestou.

Segundo o senador, as diferenças entre o Proer e o plano norte-americano não ficam apenas na questão dos custos. "Esse é um dos quesitos, mas não é o único. O Proer foi uma resposta rápida, bem estruturada, barata, eficiente e bem-sucedida a uma situação que resultou de um contexto econômico bastante pontual, qual seja, a estabilização econômica e o fim da hiperinflação proporcionados pelo Plano Real. Instituições bancárias que não gozavam da imprescindível higidez soçobram e



Para Maciel, o Proer foi "uma resposta rápida, bem estruturada, barata, eficiente e bem-sucedida"



Bandeira americana estendida na fachada da Bolsa de Valores de Nova York: sistema financeiro enfraquecido

Protagonistas da crise



Os personagens, além de George W. Bush

1. **Henry Paulson** – Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, o equivalente a ministro da Fazenda no Brasil. Dirige o órgão responsável por dar as diretrizes de regulação da economia americana. Foi nomeado secretário em 2006, em sucessão a John Snow, quando enfrentou oposição dos republicanos por, no passado, ter se ligado aos democratas.
2. **Ben Bernanke** – Presidente do Fed (Federal Reserve), o banco central dos Estados Unidos. Ao lado de Paulson, é um dos responsáveis pela criação do pacote de US\$ 850 bilhões para resgatar as instituições financeiras com problemas e principais conselheiros de George W. Bush. Sucedeu Alan Greenspan em 2006, nome que até hoje é referência para o mercado.
3. **John Boehner** – Líder da minoria republicana na Câmara, é um dos envolvidos nas negociações da Casa para a aprovação do pacote de resgate que passou a integrar o barco dos rebeldes ao pacote por pressão política. Também defende um mecanismo que ajude os devedores de hipotecas a pagar suas dívidas.
4. **Nancy Pelosi** – Presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, o equivalente à Câmara dos Deputados no Brasil. É uma das principais articuladoras para a aprovação do plano de salvção dos bancos. Antes de se tornar presidente da Casa – trata-se da primeira mulher a ocupar o posto –, foi líder da minoria democrata entre 2003 e 2007.
5. **Steny H. Hoyer** – Líder da maioria democrata na Câmara, é um dos envolvidos nas negociações da Casa para a aprovação do pacote de resgate. É um dos que propõem que o pacote tenha mecanismos de ajuda não só aos bancos, mas aos americanos que possuem dívidas hipotecárias. Foi eleito pela primeira vez em 1966 para uma cadeira no legislativo de Maryland.
6. **Harry Reid** – Líder da maioria democrata do Senado, é um dos envolvidos nas negociações da Casa para a aprovação do pacote de resgate.
7. **Chris Dodd** – Senador e presidente do Comitê Bancário do Senado, órgão que examina e discute as regulamentações do setor bancário nos EUA. Foi eleito ao Senado pela primeira vez em 1980, reelegendo-se em 1986, 1992, 1998 e 2004.

Os bancos

- Bear Stearns** – Foi vendido em março ao JPMorgan Chase, em operação coordenada pelo Fed.
- Fannie Mae e Freddie Mac** – No início de setembro, o governo americano resgatou as duas maiores financiadoras de hipotecas do país, em um acordo que poderá custar até US\$ 200 bilhões aos contribuintes do país.
- Lehman Brothers** – Pediu concordata em setembro, depois que, sem ajuda federal, não conseguiu fechar a sua venda para nenhuma instituição. Parte dos seus ativos foi vendida ao britânico Barclays.
- Merrill Lynch** – Acertou a sua venda para o Bank of America, por US\$ 50 bilhões.
- Goldman Sachs e Morgan Stanley** – Dois dos grandes bancos de investimento que sobram nos EUA; foram autorizados pelo Fed a se tornarem bancos comerciais.
- Washington Mutual** – Na maior falência de um banco americano, a instituição foi fechada pela FDIC (o órgão garantidor de contas bancárias) e a maior parte das suas operações vendida ao JPMorgan Chase por US\$ 1,9 bilhão.
- Wachovia** – O sexto maior banco dos EUA foi negociado para o Citigroup por cerca de US\$ 2,2 bilhões.
- Fortis** – Os governos de Holanda, Bélgica e Luxemburgo injetaram US\$ 16,4 bilhões no banco, recebendo em troca 49% das ações nos braços nacionais da instituição.
- Bradford & Bingley** – O Reino Unido nacionalizou a financiadora de hipotecas, que teve parte das operações assumida pelo Santander.
- Hypo Real Estate** – A instituição alemã, também do crédito imobiliário, obteve US\$ 51 bilhões do governo e de consórcio de bancos.



Fonte: Folha Online

Nova Lei do Estágio tem apoio quase unânime

Entidades dizem que proposta de Osmar Dias recentemente sancionada dá mais segurança tanto aos estudantes quanto a quem os contrata

Os contratos de estágio de estudantes assinados desde 26 de setembro passaram a ser regidos por uma nova lei, sancionada pelo presidente Lula e originada de um projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR). Na visão quase unânime de alunos, empresas e entidades ligadas ao setor, as novas regras deverão servir melhor ao objetivo de integrar os mundos do trabalho e do ensino.

A nova legislação garante o direito a férias de 30 dias após um ano de contrato e concessão de vale-transporte. A jornada de atividades não poderá ultrapassar 20 horas semanais, para estudantes do ensino médio, e 30 horas, para alunos do ensino superior. As novas regras valem para contratos ou renovações assinados a partir da publicação da lei (*veja quadro*).

Pesquisa da Willian M. Mercer, consultoria especializada em benefícios, revelou que é de dois anos, em média, o período máximo do estágio em grande parte das 54 empresas consultadas em abril. A maioria delas concede benefícios como auxílio-refeição, vale-transporte e assistência médica, mas só 39% dão férias aos estagiários.

O estágio não poderá ultrapassar dois anos de duração em uma mesma instituição (exceto nos casos de estagiários com deficiência) e profissionais liberais também estarão aptos a oferecer estágio.

Alvo de elogios desde o ministro da Educação, Fernando Haddad, até organismos há décadas envolvidos na questão, como o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Centro de Integração Empresa Escola (Ciee), a nova lei vai muito além das preocupações "trabalhistas" em relação ao cumprimento do estágio profissional por estudantes nas empresas, escritórios e instituições. O texto mostra interesse em compatibilizar ao máximo o plano de estágio do estudante ao currículo que ele deverá cumprir na faculdade. A lei amplia a supervisão do estágio, que tende a ser mais eficiente

como ferramenta de qualificação. As instituições de ensino terão de fazer avaliações seguidas e as empresas precisam possuir ao menos um profissional da mesma profissão do estagiário, que atuará como supervisor.

Com isso, a empresa será mais bem informada do potencial do estudante, já durante a seleção de candidatos para a vaga de estágio, pois saberá quais os conhecimentos teóricos que o jovem possui até aquele momento e quais receberá ao longo dos seis meses seguintes, um facilitador diante da diversidade de entre as grades curriculares de faculdades da mesma formação – analisa Luiz Gonzaga Bertelli, presidente-executivo do Ciee.

As novas regras também mostram cuidado em evitar que o estágio continue a ser usado por alguns empresários inescrupulosos como uma forma de arremetimento mão-de-obra barata. Agora, existe um limite máximo de estagiários que cada empresa pode acolher, de acordo com o número de funcionários, até o limite máximo de 20% da força de trabalho.

A nova lei trará segurança jurídica para as empresas, que no futuro não poderão responder por processos trabalhistas, e para os estagiários, que terão mais direitos e não devem mais viver abusos – declarou Ricardo Romeiro, gerente nacional do programa de estágio do IEL, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).



Autor da proposta, Osmar Dias registra que 60% dos estagiários acabam tendo seu primeiro emprego na mesma empresa onde estagiaram



Pela nova lei, o estágio poderá ser ou não obrigatório, mas não criará vínculo empregatício, e o estudante terá de apresentar relatórios semestrais da atividade à sua instituição de ensino

Osmar Dias vê chance para 1 milhão de jovens

Autor do projeto original da nova lei do estágio, o senador Osmar Dias (PDT-PR) destacou o vale-transporte aos estudantes e o registro do estágio na carteira de trabalho sem que isso implique vínculo empregatício como os melhores pontos da legislação. Ele também lembrou que os estagiários terão direito a recesso remunerado de 30 dias, após 12 meses de estágio na mesma empresa.

Para o parlamentar, o projeto também inova ao estabelecer um limite de carga-horária de seis horas por dia para o estagiário de nível superior, ou de três horas para estudantes de nível médio.

Essa nova lei de estágio moderniza uma lei de 30 anos, que está aí, não atende às necessidades, não

estimula as escolas de ensino médio que dão cursos profissionalizantes a oferecer estágio, não estimula as faculdades que dão cursos técnicos a oferecerem os estágios. É um projeto que vai dar oportunidade de estágio para mais 1 milhão de jovens no país.

O parlamentar observou ainda que todas as universidades e faculdades terão que inserir em seu planejamento pedagógico o estágio obrigatório para os alunos de curso técnico.

Osmar Dias explicou que, com a regulamentação, os estagiários passarão a receber salário mínimo para que possam estudar e aprender um ofício ao mesmo tempo.

Haverá ainda o recolhimento de

encargos, para que o estudante passe a contar o tempo do estágio para fins de aposentadoria.

Para Renan, pensar na juventude é urgente

Em Plenário, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) também elogiou a nova legislação.

Para se ter uma ideia de sua importância, a lei prevê que os estagiários passarão a ter uma remuneração mínima de um salário mínimo. É uma bolsa-estágio, para que eles possam estudar e fazer estágio. É uma proposta justa, à frente da legislação de muitos países. Pensar na juventude e na sua inserção no trabalho é urgente – destacou o parlamentar.

A experiência de exercitar a profissão que vai ter na prática foi, para Anderson, "essencial e muito útil". Sem estágio, a pessoa recebe o diploma, mas chega muito crua no mercado, e a maioria das empresas exige experiência na hora de contratar – disse. Quem ainda busca a primeira oportunidade de estágio está confiante de que a nova lei poderá ampliar as oportunidades oferecidas pelas empresas. É o caso de Lucimar Aparecida Neves, 22 anos, que está no quinto semestre de Direito em Brasília.

Dinheiro, transporte e descanso

Confira como ficou a regulamentação do estágio a partir da entrada em vigor da nova lei; Contratos assinados antes da sanção deverão ser ajustados às novas regras

1) A carga horária será limitada a seis horas diárias e 30 horas semanais.

2) Estagiários terão direito a férias remuneradas de 30 dias após 12 meses de permanência na mesma empresa.

3) O tempo máximo de estágio na mesma empresa será de dois anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

4) A remuneração (bolsa-estágio) e a cessão do vale-transporte serão compulsórias, exceto nos casos de estágios obrigatórios.

5) Profissionais liberais com registros nos seus respectivos órgãos de classe poderão contratar estagiários.

6) Obrigatoriedade da contratação de seguro de acidentes pessoais cuja apólice seja compatível com os valores de mercado.

7) As prorrogações ou renovações de contratos de estágio que ocorrerem após a publicação da lei serão regidas pelas novas disposições.

8) Fica mantida a isenção de encargos sociais e trabalhistas sobre os contratos de estágio.

9) O estagiário deverá ter acompanhamento por professor orientador e supervisor de concedente, com a elaboração de relatórios semestrais de desempenho e aproveitamento.

10) O número de estagiários do ensino médio fica limitado por empresa, conforme o tamanho do quadro de pessoal:

1 a 5 empregados: 1 estagiário

6 a 10 empregados: 2 estagiários

11 a 25 empregados: 5 estagiários

Acima de 25 empregados: até 20% de estagiários

Estudantes aprovam alterações na legislação

O estudante Anderson Domingues, de 27 anos, não vai poder desfrutar muito da nova Lei do Estágio. Aluno do sexto semestre de Educação Física da Faculdade Católica, no Distrito Federal, ele está prestes a concluir o segundo ano como estagiário em uma academia de ginástica. Mas só fez elogios às novas regras.

A contagem do tempo de estágio para efeito de aposentadoria é muito boa. Além disso, a garantia de férias vai compensar o fato de que a carga horária agora poderá ser de até seis horas diárias. Eu cumprio quatro horas por dia, mas passei os últimos dois anos sem tirar férias – explicou o estudante.

Na semana passada, ela procurou o Centro de Integração Empresa Escola (Ciee), onde foi informada das mudanças de regras. – Tenho amigas do curso que já trabalham em escritórios de advogados e passam até dez horas por dia de lá para cá, levando processos e cumprindo tarefas nos tribunais. Não tinham direito a férias, vale-transporte ou registro em carteira. Agora, acho que os estudantes vão poder ter a experiência do estágio sem serem muito explorados – avaliou Aparecida.

Centro prevê mais segurança jurídica para todas as partes

Desde o início das discussões em torno da nova Lei do Estágio, o Centro de Integração Empresa Escola (Ciee) participou ativamente dos entendimentos dentro e fora do Congresso. O Ciee forma, ao lado do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), a dupla de instituições mais atuantes no setor.

Entidade filantrópica mantida pelo empresariado, o Ciee já adaptou todo o seu sistema operacional para assegurar a total legalidade dos serviços que oferece a estudantes, empresas e instituições de ensino.

Embora não previstas na antiga lei, várias das inovações introduzidas pela norma sancionada no final do mês passado já eram adotadas pelo Ciee e acatadas pelas organizações parceiras da instituição. É o caso da bolsa-auxílio, agora obrigatória, mas que nos últimos dez anos já vinha sendo concedida em 100% dos estágios da entidade. O mesmo ocorria com o limite de dois anos para os contratos do estagiário pela mesma empresa e com a possibilidade de treinamento de universitários em escritórios de profissionais autônomos e de alunos do ensino médio em qualquer organização.

Outra determinação positiva é a gratuidade obrigatória para todos os serviços prestados ao estudante pelos agentes de integração. Nossa própria história confirma a viabilidade dessa determinação, já que, ao longo dos seus 44 anos, o Ciee jamais cobrou um centavo pelo atendimento aos estudantes, desde a inscrição do currículo em nosso banco de dados até cursos gratuitos presenciais e a distância

pela internet, todos voltados ao desenvolvimento integral do futuro profissional – afirmou Luiz Gonzaga Bertelli, presidente-executivo do Ciee.

O dirigente, que é também membro da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), recebeu com satisfação as mudanças.

A nova Lei do Estágio não é perfeita, mas acerta ao manter o caráter educacional do estágio e ao preservar a isenção de encargos trabalhistas e previdenciários para essa valiosa modalidade de formação profissional do jovem – disse Bertelli.

Ele acredita que a modernização da lei, "após um natural período de acomodação", trará maior segurança jurídica a empresas, escolas e estudantes, estimulando a oferta de vagas de ensino médio, técnico e superior. É o caso, explica Bertelli, da limitação da carga horária em seis horas diárias, que "deixará mais tempo livre para que o estagiário cumpra suas obrigações escolares e também possa realizar algumas atividades extracurriculares, como um curso de idioma estrangeiro, indispensável à sua futura carreira".

As mudanças redundarão em duplo benefício, ao otimizar os efeitos do estágio: os estudantes terão melhor formação e, assim, as empresas contarão com futuros talentos de melhor qualidade.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, é outro que trabalhou pela aprovação das novas regras. Tanto que o ministério tomou a iniciativa de enviar um projeto para discussão no Congresso, que acabou tramitando



O estagiário de educação física Anderson Domingues orienta exercícios em academia. Ele aprova a lei, que limita a jornada de trabalho e prevê férias

apensado à proposta, anterior, de Osmar Dias.

A atividade, que deve ter fins educacionais, estava desregulamentada. A lei de 1977 estava defasada – argumentou Haddad, em alusão à legislação anterior

(Lei 6.494/77).

Quem quiser mais informações sobre a nova lei pode ligar para a Central de Atendimento do Ciee: 0800-771-2433, ou para o Instituto Euvaldo Lodi, nos telefones (61) 3317-9080 e 3317-9078.

Entidades temem impactos negativos na oferta de vagas

As novas regras oneram mais os estágios ao criarem benefícios, explica o gerente nacional do programa de estágio do Instituto Euvaldo Lodi, Ricardo Romeiro. Por isso, ele acredita que a nova lei pode provocar, na sua fase inicial de vigência, uma redução no número de vagas para estágio, calculados pela CNI em cerca de 700 mil de nível superior.

Mas Romeiro considera que a médio e longo prazo os estágios aumentarão, e cita entre os avanços da lei os melhores instrumentos de supervisão do estágio.

Já a Associação Brasileira de Estágios (Abres) prevê um resultado mais sombrio.

Para a adaptação ao novo cenário, haverá uma redução muito grande das vagas atuais.

A lei restringe em 20% o número de estagiários em relação ao quadro de empregados da empresa – disse o presidente da Abres, Seme Arone Júnior, que não deixa de ressaltar pontos positivos na lei, como a clara definição de responsabilidades de aluno, instituições de ensino e entidades agentes de integração.

A advogada Rachel Elisa Vaz Pereira, em artigo publicado no site Consultor Jurídico, afirmou que "a redução da jornada não é interessante nem para o estagiário nem para a empresa. Com o horário reduzido, o estagiário não terá solidez em sua formação profissional prática, pois não conseguirá assimilar os conhecimentos necessários ou suficientes em apenas dois anos".

Quem é quem?

Estagiário	Trainee
Pode ser aluno de ensino médio, profissional, educação especial ou nível superior	É aluno de curso superior, pode estar formado ou terminando a graduação
As atividades exercidas na empresa devem ser compatíveis com a sua área de formação	A função não é regulamentada, por isso o trabalho é regulado pela CLT (*), contratado por um período de experiência de 45 dias, renováveis por mais 45
Não existe vínculo empregatício com quem oferece o estágio	Tem vínculo empregatício com a empresa, com remuneração obrigatória, direito a férias, 13º salário, hora-extra, aviso prévio e verbas rescisórias
As jornadas de trabalho são limitadas a três horas diárias (ensino médio) ou seis horas diárias (ensino superior)	A jornada é idêntica à dos demais funcionários
Tem assegurada bolsa (remuneração) de pelo menos um salário mínimo, além de férias e vale-transporte	Seus benefícios são os mesmos oferecidos aos outros funcionários
O tempo máximo de estágio na mesma empresa será de dois anos	Se não for dispensado após 90 dias, seu contrato passará automaticamente a ter prazo indeterminado

(* Consolidada das Leis do Trabalho

agenda

Segundo turno: começa disputa por maioria dos votos

Etapa é obrigatória em municípios com mais de 200 mil eleitores – 77 ao todo – em que nenhum candidato teve mais de 50% dos votos

A maioria dos municípios encerrou as eleições no domingo, dia 5, mas alguns ainda estão na metade do caminho. Haverá segundo turno em 26 de outubro (último domingo do mês) em algumas das 77 cidades com mais de 200 mil eleitores onde nenhum candidato obteve mais de 50% dos votos.

O Brasil é um dos poucos países que adotaram o segundo turno de votação nas eleições municipais. Há quem diga que os constituintes brasileiros se inspiraram no exemplo francês para garantir a regra na Constituição de 1988. A França adotou o voto distrital e estabeleceu a votação em dois turnos (chamada de *ballotage*) para evitar que a minoria ganhe as eleições, garantindo assim maior representatividade ao candidato eleito.

A discussão sobre segundo turno no Brasil remonta a 1955, quando foi contestada a legitimidade da eleição para presidente de Juscelino Kubitschek que, com pouco mais de 3 milhões de votos, derrotou Juarez Távora, que recebeu 2,61 milhões, Adhemar de Barros, com 2,22 milhões, e Plínio Salgado, com cerca de 700 mil. Liderados pela UDN, os candidatos derrotados

questionaram o resultado pela pequena margem de vantagem do vencedor.

Outro exemplo histórico que reforçou a discussão sobre dois turnos de votação no Brasil foi a eleição de Salvador Allende no Chile, em 1970, com 36,3% dos votos, derrotando Jorge Alessandri (34,8%) e Rodomiro Tomic (27,8%). Hoje, o país adota o segundo turno para eleições presidenciais.

Novas datas para a propaganda eleitoral

Agora, a propaganda eleitoral recomeça já nesta terça-feira, 7 de outubro. No dia 23 de outubro, termina a propaganda política mediante reuniões públicas ou promoção de comícios e utilização de aparelhagem de sonorização fixa.

Já o dia 24 será o último da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, para divulgação paga de propaganda eleitoral na imprensa escrita (jornais e revistas), para realização de debates e para propaganda eleitoral em páginas institucionais na internet.

O último dia de campanha eleitoral com alto-falante ou amplificador de som, carreta e distribuição de material de propaganda política será 25 de outubro.

Senado homenageia atletas paraolímpicos

Com a certeza de estar “traduzindo o desejo de milhões de brasileiros”, Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou na quarta-feira passada a delegação brasileira que participou dos Jogos Paraolímpicos de Pequim 2008,

realizados em Pequim. O senador apresentou requerimento para a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos aos 277 atletas e à equipe técnica, que levaram o Brasil a alcançar a melhor colocação em jogos olím-

picos em todos os tempos.

Suplicy ressaltou o exemplo de vida representado no esforço dos atletas para superar imensas dificuldades e até o preconceito, além das dores e lesões próprias do treinamento esportivo. Ele disse que os atletas paraolímpicos demonstram a todos os brasileiros que cada pessoa é capaz de se tornar campeão na busca dos seus objetivos.

– Mesmo que ainda estejamos distante de alcançar uma sociedade na qual predominem o respeito à dignidade humana, devemos comemorar cada vez que uma pessoa portadora de necessidades especiais consegue demonstrar sua integral capacidade de contribuir para a elevação da nossa sociedade e para destacar o Brasil perante o mundo – declarou Eduardo Suplicy.



Adelmir Santana (D) e Eduardo Suplicy recebem no Plenário do Senado os atletas que representaram o Brasil nos jogos realizados em Pequim

Fracasso olímpico do Brasil será debatido em comissão

O desempenho aquém do esperado da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Pequim, neste ano, será tema de duas audiências públicas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). As audiências foram solicitadas por meio de dois requerimentos: um do senador Renato Casagrande (PSB-ES) e outro, conjunto, dos senadores Marisa Serrano (PSDB-MS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

A primeira audiência, que deve acontecer em 14 de outubro, deverá contar com a ex-jogadora de basquete Maria Paula Gonçalves, mais conhecida como Magic Paula, que foi secretária nacional de Esporte de Alto Rendimento; o empresário Lars Graef, velejador e também ex-secretário nacional de Esporte de Alto Rendimento; e o jornalista José Cruz, do jornal *Correio Braziliense*. A segunda audiência ainda não foi marcada.

Os senadores questionam os resultados obtidos nas Olimpíadas, apesar dos crescentes investimentos públicos no setor. Casagrande resalta o debate da imprensa especializada sobre “efetividade das políticas públicas hoje desenvolvidas no âmbito do desporto”.

Aumenta pressão pela PEC que combate trabalho escravo

A Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, subordinada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), discute na próxima quarta-feira a mobilização nacional pela aprovação da proposta de emenda à Constituição que trata do confisco de terras nas quais for constatado trabalho escravo (PEC 438/01). No dia 17, será intensificada, em todo o Brasil, a coleta de assinaturas para que a PEC seja aprovada, ainda este ano, na Câmara dos Deputados. Os organizadores pretendem atingir o apoio de 1 milhão de pessoas.

A proposta, que determina que as terras confiscadas sejam destinadas à reforma agrária, foi aprovada em dois turnos no Senado e em primeiro turno na Câmara – onde está parada desde 2004. A proposta tem sofre oposição por parte de um grupo de parlamentares.

A mobilização pela aprovação da PEC é organizada pela Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e é coordenada, no Senado, pelo presidente da subcomissão, José Nery (PSOL-PA).

ambiente legal

A primeira “estrada verde” do mundo

Engenheiros holandeses estão criando a primeira “estrada verde”, que seria capaz de eliminar da atmosfera a poluição emitida pelos veículos. Uma pequena rodovia na cidade de Hengelo, Holanda, será pavimentada com um concreto especial contendo um aditivo que captura as partículas de óxidos de nitrogênio geradas pelos escapamentos de carros e caminhões. O concreto purificador de ar recebe em sua formulação um aditivo à base de dióxido de titânio. Quando exposto à luz do sol, o material reage com os óxidos de nitrogênio, transformando-os em nitratos, que são inofensivos ao meio ambiente.

Madeira tem que ser legal

A Caixa Econômica Federal anunciou que vai exigir de construtoras e empresas do segmento imobiliário, a partir de janeiro de 2009, o uso de madeira certificada para conceder financiamento de obras. As construtoras deverão apresentar até o fim da obra o Documento de Origem Florestal (DOF), guia emitida pelo Ibama para identificar a madeira legal. Também deverá ser entregue uma declaração contendo as espécies, quantidades e destino final das madeiras na obra. Caberá ao Ibama punir as irregularidades.

Cereal matinal em questão

Avaliação feita pela Pro Teste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor) com os 18 cereais matinais de maior presença no mercado de alimentos infantis do país mostra que a maioria dos produtos contém açúcar e sódio em excesso e poucas fibras. O nutrólogo e cardiologista Daniel Magnoni sugere que as pessoas escolham o cereal matinal pelo menor índice de sódio e açúcar e maior presença de fibras solúveis.

Carne e mudanças climáticas

Relatório da Universidade de Surrey diz que a população britânica deveria limitar o consumo de carne a quatro porções semanais por pessoa e o de leite a um litro, a fim de ajudar a combater as mudanças climáticas. O estudo afirma também que se deve reduzir o consumo total de alimentos, especialmente dos que têm poucos nutrientes, como os doces. Os especialistas recomendam o retorno a hábitos de alimentação tradicionais, como adquirir produtos próprios de cada estação, cozinhar em panelas de pressão e caminhar até o supermercado.

Imposto segura o vento no Brasil

Os impostos sobre equipamentos e operação são os principais obstáculos para o desenvolvimento da energia eólica no Brasil. Com ventos e terrenos em abundância, sobretudo no litoral do Nordeste e do Sul e na Chapada Diamantina, o potencial eólico estimado é de 143 mil MW, o que representa mais que toda a energia eólica gerada no mundo até hoje. Mas, mesmo com a elevada capacidade de geração, o Brasil tem um dos índices mais tímidos de aproveitamento desse tipo de energia, segundo o Global Wind Energy Council (GWEC), grupo que reúne instituições do setor.

institucional

Dia da Criança é lembrado com campanha solidária

Ação inclui dedicação de tempo dos funcionários do Senado e oferta de donativos a crianças abrigadas em instituições carentes do Distrito Federal

“A sua atitude vai fazer a diferença” é o tema da campanha do Senado para o Dia da Criança, comemorado em 12 de outubro. O objetivo é motivar servidores, terceirizados e estagiários da Casa a dedicarem tempo e fazerem doações para crianças abrigadas em instituições carentes do Distrito Federal.

As doações serão recolhidas nesta segunda-feira das seis caixas coletoras que foram disponibilizadas pela Secretaria de Relações Públicas do Senado nos seguintes pontos da Casa: Anexos I e II; agência da Caixa Econômica Federal da Gráfica; Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (Sams); e Secretaria Especial de Informática (Prodasen).

Brinquedos novos, alimentos não-perecíveis (especialmente leite em pó), materiais esportivos, de limpeza e de higiene pessoal (sabonetes, escovas de dente, creme dental, fio dental, xampus e fraldas descartáveis) e também livros paradidáticos estão entre os donativos. Além das doações, a campanha garantirá aos beneficiados, em uma parceria firmada com a Secretaria de Assistência Médica do Senado, consultas dentárias e apresentações teatrais promovidas por servidores do Senado.

As doações serão entregues nestas quinta e sexta-feira a três instituições: Sociedade Espírita de Amparo ao Menor Casa do Caminho, em Taguatinga; Associação Maria de Nazaré, em Samambaia Norte; e Associação Caminho da



Secretaria de Relações Públicas e Rádio Senado, que leva ao ar programação com crianças, organizam eventos para data comemorada neste domingo

Luz, na Candangolândia. Para escolher essas instituições, foi feito um sorteio entre 69 creches selecionadas com base em um perfil estipulado pelo Senado e fiscalizadas pela Secretaria de Ação Social do Governo do Distrito Federal (GDF).

Os funcionários também pode-

rão participar das visitas agendadas, bastando, para isso, enviar um e-mail para campanhacrianca2008@senado.gov.br ou ligar para 3311-1992. Para a diretora da Secretaria de Relações Públicas, Juliana Guaracy Rebelo, “o pouco de cada um significa muito para muitas crianças”.

Rádio Senado vira “Rádio da Criança” pelo quarto ano

A Rádio Senado prepara uma programação especial para comemorar o Dia da Criança – 12 de outubro. Todos os programas desse dia estão sendo preparados por crianças e serão apresentados por 11 alunos das 3ª, 4ª e 5ª séries do Centro de Ensino Fundamental 619, da cidade-satélite de Samambaia.

Este é o quarto ano em que a emissora se transforma na “Rádio da Criança”, com a adaptação de sua programação em função da data. Os convidados escolheram as músicas, as chamadas e as vinhetas e gravaram um jornal diferenciado, com assuntos de interesse do público infantil.

A participação das crianças

ocorrerá a partir da abertura da programação deste domingo, às 8h, até o encerramento, às 19h55. O especial “Machadinho - Machado de Assis para Crianças” será apresentado pelas crianças e irá ao ar às 17h50. Para conferir a programação, basta sintonizar na 91,7 FM ou acessar o [site www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

Novas regras ortográficas entram em vigor em janeiro

Assembleia, ideia, voo, leem. Essas palavras não estão grafadas incorretamente, ou pelo menos não estarão a partir de 1º de janeiro de 2009, quando entram em vigor as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O Decreto 6.586/08 foi assinado segunda-feira passada pelo presidente Lula e deverá ser consolidado até dezembro de 2012.

O acordo visa unificar o registro escrito do português

nos oito países que falam o idioma: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Brasil e Portugal. Fica reduzido o uso do trema; eliminado o uso do acento agudo nos ditongos abertos “ei” e “oi” de palavras paroxítonas; não haverá mais o uso do acento diferencial de palavras; e serão incorporadas as letras “k”, “w” e “y” ao alfabeto, entre outras alterações.

Comissão de juristas discute medidas cautelares e provas

A comissão externa criada no Senado para elaborar o anteprojeto do Código de Processo Penal reúne-se nesta terça-feira, quando os especialistas voltarão a discutir a análise do modelo de investigação pré-processual. O debate será feito com base em texto do delegado federal e presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Sandro Torres Avelar.

Também nesta quarta reunião da comissão o tema “medidas cautelares” será analisado a partir do texto a ser produzido pelo consultor legislativo do Se-

nado Fabiano Augusto Martins Silveira. Já o ponto “provas” terá a discussão embasada nas propostas a serem elaboradas por Sandro Avelar e Fabiano Silveira, bem como pelo advogado e professor da Universidade de São Paulo (USP) Antônio Magalhães Gomes Filho e pelo promotor de Justiça Tito de Souza Amaral.

A comissão de juristas recebe contribuições da comunidade jurídica e do público em geral, para apresentar um anteprojeto do novo Código de Processo Penal, pelo e-mail novocpp@senado.gov.



No seminário “Viabilidade econômica da segunda geração de biocombustíveis: uma simulação para o caso do Brasil”, promovido pela Consultoria Legislativa do Senado na quinta-feira passada, o consultor Fernando Lagares Távora (na foto, ao microfone) disse que entre os desafios do país na

produção de biocombustíveis estão o de buscar novos mercados para vender a produção brasileira e encontrar formas de competir com os subsídios oferecidos por outros países para essa indústria. Os consultores debateram a produção de etanol, as técnicas e os preços do produto.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação



URBANO ERBISTE/CPDOC-JB

Tropas federais fazem a segurança das eleições no estado do Rio de Janeiro: soldados protegeram 261 municípios

Em debate, a violência nas eleições municipais

Processo de escolha de novos prefeitos e vereadores foi marcado por conflitos. Programa da Rádio Senado discute atuação das tropas federais

O programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, que começa às 12h e é transmitido pela Rádio Senado FM e Rádio Senado Ondas Curtas, discute a atuação de tropas federais na segurança do processo eleitoral no Rio de Janeiro e em outros 260 municípios. Essa foi uma das marcas das eleições deste ano para prefeitos e ve-

readores, realizadas no último domingo em todo o país.

Houve violência no processo eleitoral. Até o fechamento desta edição, a campanha já havia registrado mais de 14 assassinatos no país. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não tem uma lista oficial de quantos candidatos foram assassinados, contabilizando apenas que 89 morreram

até o dia 1º de setembro, sem especificar o motivo da morte.

A violência chegou a extremos como a ação de homens armados na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, contra o *Jornal Extra*. Eles retiraram a publicação das bancas para tentar impedir que os eleitores conhecessem fatos negativos sobre determinados candidatos.

Projeto de José Nery cria regras para rádios e TVs legislativas

Projeto de lei que disciplina os objetivos, o funcionamento, a gestão e a utilização dos canais de televisão e rádio legislativos federal, distrital, estaduais e municipais, bem como o trabalho por eles produzido, encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator é o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A proposta (PLS 255/08), segundo o autor, senador José Nery (PSOL-PA), visa não somente garantir a expressão da diversidade política, mas também criar condições para que os canais possam realizar o trabalho de interesse público na divulgação dos atos e fatos das respectivas Casas legislativas.

“Embora já existam diversos rádios e canais legislativos em operação no território nacional, não há legislação para

estabelecer suas condições de funcionamento”, explicou José Nery.

A matéria será ainda examinada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde receberá decisão terminativa.



JOSÉ CRUZ

Nery: proposta visa garantir independência para o trabalho de divulgação dos fatos legislativos

20 ANOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

O programa *Fique por Dentro da Lei* desta terça-feira lembra os 20 anos da Constituição brasileira. A chamada Carta Cidadã é analisada pelo professor de Direito Constitucional Paulo Gonet. Ele ressalta que a garantia de direitos prevista na Constituição permitiu diversas conquistas sociais. O programa será transmitido pela Rádio Senado FM, Rádio Senado Ondas Curtas e pela internet às 8h30.

OS EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA NA INDÚSTRIA

No programa *Senado Economia* desta segunda-feira o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval, Ariovaldo Rocha, fala sobre os efeitos da crise financeira na indústria, as encomendas aos estaleiros, as perspectivas de crescimento do setor com o petróleo do pré-sal, entre outros temas. A transmissão ocorre às 8h30 pela Rádio Senado FM e pelo site www.senado.gov.br/radio.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Vídeo Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - 3/4

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

voz do leitor

Auxílio-paletó

Gostaria de perguntar ao senador Cristovam Buarque, que tanto tem lutado por melhorias na nossa educação, por que os professores brasileiros não têm direito ao auxílio-paletó? Por acaso eles devem trabalhar malvestidos? O aumento no piso salarial dos docentes continua inconstitucional, pois ainda não atende às necessidades de transporte, educação, saúde, alimentação, moradia e, entre outros, o vestuário.

Clésio Medeiros Araújo, de São Bento (PB)

Tributos

"Há quem defenda que somente as grandes fortunas no Brasil deveriam ser tributadas pelo Imposto de Renda. Entretanto, mesmo que todas as grandes fortunas fossem arrecadadas não seria suficiente para cobrir os custos de projetos sociais nunca resolvidos. Apenas uma pequena parcela da sociedade sabe o custo de um varredor de rua no bolso de alguns contribuintes que pagam obrigatoriamente os impostos. Assim, como todos são responsáveis pelo meio onde desejam ver melhor distribuição de renda, acho que seria justo cobrar o Imposto de Renda não apenas sobre as grandes fortunas mas sobre todos, até mesmo dos que ganham salário mínimo. Um real faz muita diferença no orçamento público. Uns pagam a conta dos tributos, e outros nada. Afinal todos são ou não iguais perante a lei?"

Agnes Altmann, de Brasília (DF)

Aposentados

"Enquanto os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo aumentam os seus próprios salários, o aposentado,

que tanto contribuiu com o seu trabalho e impostos para uma sociedade mais justa e mais humana, ganha uma verdadeira esmola pública, com salários defasados."

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

Jornal do Senado

"Parabenizo o **Jornal do Senado** pelas matérias que são publicadas. As matérias enriqueceram o meu conceito democrático, pois trazem fatos relevantes da política brasileira."

José Newton de Aguiar, de São João da Chapada (MG)

Voto consciente

"O Brasil vive momentos vergonhosos na política brasileira e a população está cansada de tantas promessas não cumpridas. É necessário que a população abra os olhos na hora de escolher os novos representantes da política nacional, para que erros não se repitam."

Francisca Milena Ataújo, de Acaraú (CE)

Criminalidade

"Para diminuir a criminalidade, é preciso que o governo invista mais em política de segurança. Vivemos numa sociedade à mercê do crime. É necessário unificar as polícias militar e civil, com o objetivo de combater a corrupção, o narcotráfico e, ainda, acabar com a lei que dá direito ao usuário de droga de não ficar preso. Com isso, ele guarda as drogas num determinado lugar para ser utilizada aos poucos, porque sabe que se for pego com uma pequena quantidade será tratado como usuário"

Laudelina da Silva, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



"A escola é uma espécie de esquina onde a criança – a pessoa – e o futuro – o projeto – se encontram."

Cristovam Buarque, ao pedir o voto em candidatos comprometidos com a educação.

"A rejeição ao pacote de US\$ 700 bilhões proposto pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Congresso norte-americano, além de derrubar as bolsas, revelou um fracasso de liderança política de dimensões quase tão grandes quanto a crise econômica"

Renan Calheiros, ao cobrar um plano de ação global urgente envolvendo todas as nações – pobres e ricas – para enfrentar a crise dos mercados globais.

"O sistema econômico baseado na especulação tem alicerces de barro. Bastou a crise americana para que o desespero corresse o mundo. Isso é a decretação do fim do neoliberalismo"

José Nery, para quem a crise do sistema financeiro mundial expõe as fragilidades da atual fase do capitalismo, estabelecida, segundo ele, essencialmente, na especulação.

"País nenhum está imune à crise e insinuar o contrário é uma falta de responsabilidade"

José Agripino, em crítica a autoridades do governo brasileiro que procuraram amenizar a gravidade da crise financeira iniciada nos EUA e que atinge os mercados mundiais.



JOSE CRUZ

"Com o crédito escasso, os impactos sobre a economia real serão inevitáveis. Haverá menos consumo, menos produção e, portanto, um crescimento menor que o desejado já no primeiro trimestre do próximo ano"

Adelmir Santana, projetando os reflexos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira.

"Mesmo que ainda estejamos distante de alcançar uma sociedade na qual predominem o respeito à dignidade humana, devemos comemorar cada vez que uma pessoa portadora de necessidades especiais consegue demonstrar sua integral capacidade de contribuir para a elevação da nossa sociedade e para destacar o Brasil perante o mundo"

Eduardo Suplicy, em homenagem à delegação brasileira que participou dos Jogos Paraolímpicos de 2008, realizados em Pequim.



pergunte ao senador

Merenda escolar também é necessária no ensino médio

"Gostaria de saber quando virá a merenda escolar para o nosso ensino médio? Informo que recebemos o **Jornal do Senado** em nossa escola e trabalhamos com alunos que mostram interesse pelo conhecimento e pela leitura"

Teresinha Araújo Almeida, Serra Branca (PB)

O senador **Cristovam Buarque (PDT-DF)** responde:

Quando fui ministro da Educação,

um dos objetivos da nossa gestão era fazer com que os governos estaduais e municipais garantissem merenda escolar também para os alunos do ensino médio. Infelizmente, isso não aconteceu até agora. Mas continuamos na luta para que a idéia seja implantada. Vejo a merenda no ensino médio, assim como já ocorre no ensino fundamental, como elemento de atração de alunos para as escolas. A garantia de alimentação também terá reflexos positivos no desempenho escolar dos estudantes. Em especial, no ensino médio, já que muitos saem direto do trabalho

para a escola e enfrentam uma longa jornada de estudos de estômago vazio. Nessa condição, o aluno perde a concentração e conta as horas para o término das aulas para poder comer, o que impede que o ensino tenha melhor qualidade. Esse é um grande problema que enfrentamos, d. Teresinha. É preciso ainda mais investimento na área, na formação dos professores, em infra-estrutura e equipamento das escolas para aproveitar todo o potencial dos nossos jovens.



GERALDO MAGELA

Constituição incentiva participação popular

Além de estabelecer a democracia representativa pelo voto direto e secreto, a Constituição de 1988 determinou o exercício da soberania popular por

meio de plebiscito, referendo e iniciativa popular, instrumentos regulamentados pela Lei 9.709/98. No Senado e na Câmara, as comissões de

Legislação Participativa garantem a participação popular na elaboração de leis. Saiba nesta edição como funcionam esses instrumentos.



Manifestação popular pelo desarmamento em 2005, ano em que foi realizado um referendo sobre venda de armas no Brasil

Com o plebiscito, pode-se opinar antes de votada a lei

O plebiscito é uma consulta prévia feita à população sobre a possível adoção de uma lei ou um ato administrativo, de modo que os cidadãos possam aprovar ou rejeitar as opções que lhe são propostas. Há três hipóteses para realização de um plebiscito:

1) Nas questões de relevância nacional, de competência dos Poderes Executivo e Legislativo – a consulta aos cidadãos deve ser convocada mediante decreto legislativo aprovado por um terço dos membros da Câmara ou do Senado. Se o resultado for contrário à proposta submetida a votação, o Congresso não pode deliberar sobre o assunto. Se for aprovada, ainda assim o Congresso não está obrigado a transformá-la em lei.

2) Incorporação, subdivisão ou desmembramento de estados – convocação mediante decreto legislativo aprovado por um terço dos membros da Câmara ou do Senado. A população diretamente interessada deve ser consultada na mesma data e horário em cada um dos estados. Se o plebiscito for desfavorável, a mudança não pode prosseguir. Se o resultado for favorável, as respectivas assembleias legislativas devem ser consultadas sobre a viabilidade.

3) Criação, incorporação,

fusão e desmembramento de municípios – consulta à população diretamente interessada por convocação da assembleia legislativa.

Plebiscitos já realizados no Brasil

O primeiro plebiscito realizado no país foi em janeiro de 1963, sobre a continuidade ou o fim do sistema parlamentarista de governo, instituído dois anos antes. A opção foi pelo fim do parlamentarismo.

O segundo e último plebiscito, em abril de 1993, questionou o sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) e o regime (republicano ou monarquista). O resultado foi pelo presidencialismo e pela República.

Cabe à Justiça Eleitoral organizar consultas populares

Após a aprovação do decreto legislativo, cabe à Justiça Eleitoral fixar a data e realizar a consulta popular. É assegurada gratuidade nos meios de comunicação para divulgação de propostas referentes ao tema por partidos políticos e frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil.

O plebiscito ou referendo será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, conforme o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Já o referendo é consulta posterior

O referendo é uma consulta feita à sociedade após aprovação de uma lei ou um ato administrativo, cabendo à população aceitar ou não a medida.

Esse tipo de consulta ocorre somente na primeira hipótese prevista para o plebiscito e também é convocado mediante decreto legislativo aprovado por um terço dos membros da Câmara e do Senado. Pode ser convocado no prazo de 30 dias, a contar da promulgação da lei ou da adoção da medida administrativa objeto do referendo.

O único caso: comércio de armas

O único referendo realizado no país ocorreu em outubro de 2005. A consulta era sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil. O referendo foi previsto no Estatuto do Desarmamento para que o seu artigo 35 – que proibia o comércio de armas e munição no país – pudesse entrar em vigor. A proibição foi rejeitada.

Projeto de iniciativa popular exige mais de 1 milhão de assinaturas

Para apresentação de um projeto de lei à Câmara dos Deputados subscrito é preciso reunir a assinatura de, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores em cada um deles.

O projeto de lei de iniciativa popular deve tratar de um único assunto e não pode ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados fazer a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Veja as leis que resultaram de iniciativa popular:

Lei 8.930/94 – Incluiu o homicídio qualificado no rol de crimes hediondos inafiançáveis, sem direito a graça ou

anistia.

Lei 9.840/99 – Prevê cassação do mandato e multa para o candidato que doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição.

Lei 11.124/05 – Criou o Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP) e o Conselho Nacional de Moradia Popular (CNMP).

Devido à dificuldade de a Câmara conferir os números de títulos eleitorais e as assinaturas, conforme exige a Constituição, os projetos foram assinados por deputados ou pelo Poder Executivo.

As comissões de Legislação Participativa facilitam o acesso reduzindo as exigências

No Senado, a Comissão de Legislação Participativa começou a funcionar em 2002 com o objetivo de receber sugestões da sociedade organizada e ampliar a participação popular. A idéia é diminuir a burocracia prevista na Lei 9.709/98. Em 2005, a comissão mudou de nome para Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Podem apresentar sugestões de projetos de lei a essa comissão fundações, associações e órgãos de classe, sindicatos, entidades organizadas da sociedade civil, organizações religiosas, partidos políticos sem representação no Congresso e instituições científicas e culturais.

As sugestões que recebem parecer favorável são transformadas em proposição legislativa de autoria da comissão e encaminhadas à Mesa do Senado para tramitação.

A CDH é composta de 19 senadores titulares e igual número de suplentes.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Legislação Participativa (CLP) foi criada em 2001. Através da CLP, a sociedade – por meio de qualquer entidade civil, como organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos, associações e órgãos de classe – apresenta à Câmara suas sugestões.

A comissão da Câmara não recebe sugestões de organismos internacionais e partidos políticos, além de não aceitar propostas de emenda à Constituição (PECs), requerimento de criação de comissões parlamentares de inquérito (CPI) ou sugestão de projeto de fiscalização e controle.

Composta por 18 deputados titulares e igual número de suplentes, a CLP oferece, em sua página na internet, acesso às comissões de legislação participativa de 11 assembleias legislativas e de 30 câmaras municipais em todo o país.

requerimento de criação de comissões parlamentares de inquérito (CPI) ou sugestão de projeto de fiscalização e controle.

Composta por 18 deputados titulares e igual número de suplentes, a CLP oferece, em sua página na internet, acesso às comissões de legislação participativa de 11 assembleias legislativas e de 30 câmaras municipais em todo o país.

Cidadão participa por meio de associações e entidades

Saiba mais

Senado Federal
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)
Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho, sala 4A
Brasília (DF) – CEP 70165-900
(61) 3311-1856
www.senado.gov.br/sf/atividade/

Comissoes/consComPerm.asp?com=834

Câmara dos Deputados
Anexo II, la A, 1º andar, salas 121 e 122
Brasília (DF) – CEP 70160-900
(61) 3216-6692/6693
www.camara.gov.br/clp